

O MOLDE E A MATÉRIA:

a propósito de uma gramática da língua sânscrita

Carlos Alberto da Fonseca

Mário Ferreira

“O que é linguagem? Responder a esta pergunta introduz-se no próprio cerne da problemática que sempre foi a do estudo da linguagem. Cada época ou cada civilização, em conformidade com o conjunto do seu saber, das suas crenças, da sua ideologia, responde de modo diferente e vê a linguagem em função dos moldes que a constituem a si própria.”

Julia Kristeva (1).

A história da longa trajetória do homem sobre a face da Terra é também a longa história do seu envolvimento com a linguagem. Difícil imaginar uma comunidade, provida ou não de escrita, para a qual o sistema de enunciação das coisas constitua um dado inerte ou, pior, neutro. A mera atividade de conferir nomes aos seres implica por si própria um complexo trabalho de especulação lingüística, uma vez que envolve, em presença ou em ausência, todos os mecanismos de codificação do sistema lingüístico. Toda fala implica uma reflexão sobre a fala. Concedida pelos deuses ou roubada a eles, impressa na lama pelas patas de uma íbis ou falada por um homem primordial no começo dos tempos — constitui a linguagem, como o Sol e a Lua, o cenário em que o homem desempenha os seus papéis. Estar no mundo é estar na linguagem. Mas há inúmeras maneiras de estar no mundo e, portanto, inúmeras maneiras de estar na linguagem. Donde a diversidade de concepções lingüísticas que a História registrou.

Somos hoje os herdeiros de inúmeros tesouros. Acumulados paciente e laboriosamente, eles se nos oferecem como um bem de uso,

(1) — Julia KRISTEVA, *História da Linguagem*, Lisboa, Edições 70, 1974, pp. 17-18, tradução de Maria Margarida Barahona, do original francês *Le Language, cet inconnu*.

com a condição única de que os respeitemos em sua especialidade. De que não os consideremos como peças de museu às quais não se possa conferir um valor externo, de troca. Devemos, ao contrário, integrá-los em nossos sistemas de uso. Mas isso só é possível se consideramos os nossos padrões de modo relativo, recusando-lhes o estatuto de Verdade. Nunca, como hoje, se tornou tão evidente a afirmação de que pensar a linguagem é sobretudo repensá-la. Diz Julia Kristeva “A pergunta o que é a linguagem? pode e deve ser substituída por uma outra: ‘como é que a linguagem pôde ser pensada?’ Pondo assim o problema, recusamo-nos a procurar uma pretensa ‘essência’ da linguagem, e apresentamos a prática lingüística através desse processo que a acompanhou: a reflexão que suscitou, a representação que dela se elaborou” (2). E o objeto linguagem — “desconhecido”, segundo a mesma autora — só pode ser conhecido, sob pena de o desfigurarmos, mediante sondagens realizadas com os instrumentos mais apropriados à face que ele apresenta num determinado momento, numa determinada cultura, num determinado tipo de discurso. Essa exigência, entretanto, desvela a paradoxal postura do investigador moderno: por um lado, ele possui — como nenhum outro investigador jamais possuiu — conhecimentos e informações sobre uma infinidade de dados culturais; por outro lado, jamais ele próprio desconfiou tanto dos seus instrumentos de avaliação. Como, portanto, superar o paradoxo e quais instrumentos utilizar para nos aproximarmos do “desconhecido”?

No fazer da estética, contemporânea ou não, a compreensão do inter-relacionamento do objeto artístico com o material que o conforma parece ser uma conquista inicial e definitiva. Vitrais constroem-se com ferro ou cobre e vidros coloridos, romances com enredos, filmes com imagens, sonatas com melodias, pinturas com um suporte especial preenchido por manchas coloridas, esculturas com formas. A obtenção de obras bem logradas nestas artes radica na correta interdependência entre molde e matéria. Claro, não se proíbem as combinações de moldes e matérias diferentes, mas é preciso que na manipulação de moldes e matérias diferentes a matéria não seja deformada pelo molde, nem que o molde oculte a especificidade da matéria (3).

(2) — *Idem, ibidem*, p. 18.

(3) — Beethoven recusava o estatuto de obras de arte aos arranjos “literais” para outros instrumentos que não os da obra original. Nesse sentido, o seu *Concerto para violino e orquestra*, opus 61 e o arranjo que ele próprio fez deste concerto para piano e orquestra são lapidares: neles a mesma matéria (melodias, modulações tonais, células rítmicas) plasma-se diferentemente em consonância com os moldes (timbres diferentes do vio-

Numa gramática de língua, qual é o molde, qual a matéria?

Se é válida a comparação de uma gramática e a língua que ela descreve com um texto de uma língua traduzido para outra, poderíamos, como ponto de partida, afirmar que se trata, nos dois casos, de um confronto de sistemas de significações. Um texto, digamos, poético é solidário consigo mesmo, cifrando de tal maneira os significados a uma determinada ordem significante que a sua transposição para uma outra língua constitui, antes de mais nada, uma representação especular, uma homologação de estruturas. Uma língua, tal como um texto, é um delicado artifício de significações, e tanto mais delicado na medida em que numa língua, muito mais do que num texto, cruzam embutidos inúmeros sub-sistemas e infindáveis possibilidades de significação. Uma gramática que se proponha abranger essa multiplicidade de estruturas precisa colocar-se, sob pena de nela dissolver-se, a uma certa distância do material que descreve. E, em face das possibilidades de feitura utilizadas ou a utilizar por uma comunidade, a gramática se configura como um sistema ao mesmo tempo autônomo e dependente. Autônomo, no sentido de que é comandado por códigos que deitam raízes nas suas próprias possibilidades de significação; dependente, na medida em que as suas estruturas foram forjadas isotopicamente, a partir de estruturas já articuladas.

A mesma tensão que existe entre a autonomia e a dependência de uma gramática em relação à língua que ela descreve está presente na incorporação da matéria ao molde. Noutras palavras, o molde é a tensão entre a autonomia e a dependência. Ou ainda, para dizer de outra maneira, a articulação da matéria no molde traduz a problemática de como descrever num determinado sistema os dados dum sistema an-

lino e do piano, o caráter monocórdico daquele e policórdico deste) disponíveis. Não será talvez a adequação entre molde e matéria que torna *O idiota*, de Akira Kurosawa, um filme tão bem logrado, transposição que é do romance de Dostoiévski? Atente-se, por outro lado, para a compreensão cotidiana que desse problema teve Liv Ullmann, conforme ela própria relata nas suas *Mutações* (Rio de Janeiro, Nórdica, 1978, pp. 179-180): “Desempenhar *Casa de Bonecas* numa língua estrangeira, depois de ter feito o papel em norueguês, é extremamente difícil para mim. Marquei o despertador para as 5 da manhã. Não parava de ler. Fiz uma porção de mudanças na tradução, porque as palavras de Nora são tão cheias de significação para mim. Conheço-as muito bem e então acho que a tradução para o inglês omitiu uma porção das características da personagem. / Um dos problemas que enfrento é ‘lavar’ de minha cabeça o texto norueguês. É essencial para mim, agora, pensar em inglês, e, se não puder esquecer as associações norueguesas, jamais conseguirei fazer o papel. / Aqui, tenho de adquirir um novo conjunto de imagens, uma nova série de referências. Nora em Nova York jamais poderá ser a mesma Nora de Oslo. / Tivemos três semanas para ensaiar. Em minha terra estou acostumada a ter dois meses. Em minha própria língua.”

terior. Se no lugar de matéria colocamos língua no molde gramática chegamos ao fulcro da questão.

Na verdade, perceber a interdependência entre fundo e forma constitui talvez uma saída para o impasse atrás mencionado. Um caminho alternativo, diferente daquele trilhado por tantas gramáticas escritas no Ocidente que fazem confluír para as suas malhas as estruturas lingüísticas de que na verdade deveriam ser a rigor o reflexo. No caso do universo lingüístico que nos interessa em particular — o Sânscrito —, é interessante observar que a unidade entre fundo e forma fica cindida, às vezes pelos mesmos estudiosos, em duas áreas não rigorosamente interdependentes: o plano do conteúdo explicita-se nos anexos e nas notas de rodapé das traduções; o plano da expressão descreve-se nas gramáticas da língua, mas de acordo com moldes ocidentais. Em contradição flagrante, portanto, com o postulado hjelmsleviano segundo o qual “a função semiótica é, em si mesma, uma solidariedade: expressão e conteúdo são solidários, um pressupõe necessariamente o outro. Uma expressão só é expressão porque é a expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão” (4). Em outros termos: muito pouco esclarece, por exemplo, uma gramática sânscrita que enumera fatos fonéticos sem denunciar, com maior ou menor rigor, os mecanismos coerentes ou não de sua homologação ao universo do pensamento sânscrito. Tal gramática, em suma, corporifica um molde fornecido por uma tradição lingüística, o qual pressupõe uma matéria que, por conseguinte, fica dessa maneira escamoteada.

Perseguir essa solidariedade de que fala Hjelmslev constitui, a nosso ver, o ponto de partida para a discussão do problema de como escrever uma gramática. Os textos que se seguem foram extraídos duma obra (5) em que os autores deste artigo procuraram desenvolver praticamente a atividade de repensar a linguagem a que acima se referiu — dentro, é claro, de um âmbito limitado: o da língua sânscrita clássica e a sua descrição em Português. Os textos explicam por si mesmo os seus objetivos. Queremos, porém, enfatizar aqui uma preocupação que a nós parece fundamental: a de discutir, confrontar, corrigir e completar com os dados fornecidos por outros estudiosos de outras línguas as idéias neles lançados.

(4) — Louis Hjelmslev, *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*, São Paulo, Perspectiva, 1975, p. 54. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto.

(5) — Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira, *Introdução ao Sânscrito Clássico*, São Paulo, FFLCH-USP, 1978.

1. P R E F Á C I O (6)

Premidos pela falta de material didático em língua portuguesa e pela grande dificuldade dos alunos na aquisição e manuseio de bibliografia em língua estrangeira, era nossa intenção coligir nas gramáticas sânscritas ocidentais farto material didático que completasse a atuação dos professores do Curso de Sânscrito na sala de aula. Esse material, pretendíamos, seria arranjado em diversas apostilas, seccionando toda a gramática da língua sânscrita nos tradicionais compartimentos estantes: um volume seria destinado à fonologia, outro à fonética, dois à morfologia (nome e verbo), outro à composição nominal e um último, alinhavo do empreendimento, à sintaxe. Esta divisão denunciava, também, um comprometimento com o método de abordagem da língua sânscrita veiculado por essas gramáticas. O que pretendíamos, nesse momento, era facilitar o acesso a essas gramáticas, no mais das vezes preparadas para especialistas acostumados ao trato com a lingüística indo-européia. E para os quais nem mesmo a leitura das páginas da *Grammaire Sanskrite* de Louis Renou oferece dificuldades.

Sempre com vistas ao procedimento didático, pretendíamos reunir em diversos volumes um material que aproveitasse a segurança de Renou, a riqueza de exemplos de Whitney, a praticidade de Varenne e a clareza de exposição de Macdonell e que complementasse as informações propiciadas pela Prof^a Dra. Maria Luísa Fernandez Miazzi em nossos anos de graduação. Princípios a coleta, ao mesmo tempo que reuníamos textos literários para a confecção do volume *Textos de literatura sânscrita*. No decorrer desse trabalho — com uma reflexão simultânea sobre a gramática da língua e sobre a sua manipulação nos textos de gêneros, épocas e autores variados —, nosso projeto foi adquirindo feições novas e nos colocou diante de vários impasses (alguns ainda sem solução) e de várias perspectivas para a condução do projeto. Não queríamos perder o caráter especificamente didático do trabalho, mas almejávamos também facultar instrumentos que revelassem o Sânscrito como língua de uma cultura. Ao final dessa primeira etapa, paradoxalmente, pareceu-nos necessário sanscritizar o Sânscrito.

O grande impasse surgiu quando refletimos sobre a função de uma gramática. É conhecida a distinção que atualmente se faz entre as gramáticas normativas e as gramáticas descritivas, distinção que deriva das duas possibilidades de focar um sistema lingüístico. Descrever as suas possibilidades de articulação, verificando quais delas

(6) — *Idem, ibidem*, pp. 1-7.

viabilizam a comunicação, é tarefa da gramática descritiva; inventariar e selecionar os modelos ideais de articulação são os objetivos buscados pela gramática normativa. São posturas diferentes de abordagem evidentes ao nível da sua fatura, mas que revelam subterraneamente a postura do gramático em relação ao material que ele estuda: ou ele subordina a língua ao falante (e então a gramática é descritiva), ou ou confere a este um papel secundário em relação à todo-poderosa língua (e então a gramática é normativa) Mas há um dado que condiciona a relação gramático-língua-falante: o fator temporal. Se os elementos desse triângulo são sincrônicos, quer dizer, se o gramático é ao mesmo tempo falante e gramático da língua em questão, as suas possibilidades de escolha podem oscilar tanto de uma quanto para outra postura. No entanto, se os mesmos dados são diacrônicos, ou seja, se o gramático — colocado num outro tempo (e eventualmente num outro espaço) — reflete sobre uma língua cujos falantes não mais lhe é dado conhecer ou influenciar, só lhe cabe a tarefa de descrever um estado lingüístico de coisas, dado que normativizá-lo seria inútil. O gramático normativo trabalha em função do futuro, o descritivo em função do passado.

No caso do Sânscrito, língua da qual só temos um repertório de textos — imenso, mas fechado numericamente — a estudar, e ao contrário das línguas contemporâneas, que conjugam textos — em constante crescimento — e falantes vivos, ocorre com os gramáticos que lhe estudaram a estrutura lingüística uma confusão de enfoque: esta língua e os falantes que a manipulavam só se podem recuperar hoje mediante o estudo de textos datados; e esta dicção escrita condiciona irremediavelmente uma postura passiva daquele que se dispõe a examinar este sistema. Mas postura passiva não significa encarar os falantes de uma língua como mortos: é fundamental, pelo contrário, fazer pulsar sob e sobre o texto a vitalidade da língua e daqueles que a utilizaram. E, para tanto, pelo menos uma imposição se apresenta: deixar de tentar normativizar fatos lingüísticos que assumiram dicção escrita apenas enquanto definitivação de uma dentre as muitas possibilidades oferecidas pelo sistema; ou seja, para utilizar os conceitos de Coseriu, não confundir o *sistema*, repertório abstrato de combinações, com a *norma*, conjunto ainda abstrato — mas circunscrito — de modelos à disposição do falante. Em Renou, por exemplo, é evidente a dificuldade que os parágrafos apresentam na tentativa de configurar a norma sânscrita: as inúmeras “exceções” alinhavadas (diríamos nós: “outras possibilidades de realização”), muitas vezes estranhamente mais extensas que as próprias regras, apenas confirmam a ausência de um seguro sentido de organização do sistema. É o caso, também, de Whitney, que, numa gramática de sânscrito clássico, enu-

mera, para exemplificar a regra clássica, infindáveis exemplos extraídos do repertório védico. Parece-nos que esta confusão entre sistema (que se propõe como norma) e norma (que, na verdade, é apenas a escrituração da escolha do falante) deriva de uma concepção inadequada, não hierarquizada, dos elementos sistemáticos e, em última análise, de uma incoerente consideração da cronologia do material lingüístico considerado. Fosse a literatura sânscrita um conjunto de textos pertinentes a um pequeno recorte espacial e temporal, seria possível — mas descabido, porque infecundo — tentar detectar, *hic et nunc*, um modelo lingüístico. Mas não há, no Sânscrito, ou melhor, é praticamente impossível detectar ao longo de 3000 anos de produção ininterrupta de literatura em língua sânscrita qual seja esse modelo.

Uma *gramática da língua sânscrita*, seja qual for a sua orientação, e para ser completa, tem como objeto uma língua que foi veículo e suporte de gêneros literários tão díspares quanto a épica e o romance, a poesia lírica e a especulação filosófica, os textos devocionais e os tratados técnicos, o teatro e a gramática, o fabulário e a poética, etc. Se tal projeto fosse realizável, e assim parecem acreditar os gramáticos compulsados, seria preciso admitir uma extraordinária uniformidade não só morfológica quanto sintática de textos coletivos do século XV a.C. com um texto individual do século XII d.C., e uma indiferenciação entre a escritura que rege um texto que descreve a configuração astronômica do universo e um outro que insinua poeticamente a fruição amorosa de um casal de amantes.

Nossas inquietações, portanto, levaram ao estabelecimento de três palavras de ordem, aparentemente inconciliáveis, para a execução do nosso trabalho:

- 1) evitar a confusão entre sistema e norma;
- 2) não utilizar um sistema de análise que descursasse o fator cronológico da língua consubstanciada nos textos; e
- 3) captar em sua profundidade o caráter específico dos discursos.

Como se vê, três direções divergentes a conduzir o trabalho para três posturas igualmente divergentes, mas todas as três incidindo numa mesma pergunta: afinal, o que é o Sânscrito? Se adotássemos o primeiro enfoque, teríamos descrições corretas, mas cada estágio não seria coeso em relação a outro; teríamos, como resultado, uma descrição fragmentada sem o necessário sentido de evolução que conduz uma etapa à etapa seguinte. Assim refletindo, o segundo enfoque, à primeira vista, poderia remediar os problemas levantados pelo item

anterior, pois, realmente, a uniformidade da língua sânscrita em período tão vasto é inegável, dado que reconhecemos como sânscritos textos elaborados nos extremos de um milênio. Mas uma outra questão, que se revela intransponível, se impõe: se é certo que de textos védicos e clássicos é possível extrair uma perspectiva comum, uma incidência de fatores lingüísticos, em que medida é possível propor uma continuidade lingüística entre os estilos tão singulares e pessoais de Pânini e de Kâlidasa? A resposta a esta pergunta, procuramo-la em vão nas gramáticas consultadas. Tentar respondê-la levou-nos a adotar o terceiro enfoque, que, dessa maneira privilegiado, colocou os dois outros numa perspectiva diferente. Existe, sim, um sistema que faculta reconhecer o caráter sânscrito de textos védicos e clássicos; mas é impossível estabelecer *uma* norma para esse sistema veiculado por textos elaborados em tal abrangência cronológica: o sistema sânscrito engloba uma *infinidade* de normas, que só se podem definir com o exame de um texto ou de um conjunto de textos estabelecidos na economia de tempo e espaço e na de autor e gênero. Nessa perspectiva, fica evidente que se desloca a dependência da norma em relação ao sistema para colocá-la sob a tutela do elemento primordial do circuito lingüístico: o falante. Sânscrito é, então, a nosso ver, um conjunto de atos de fala proferidos em tempos e lugares diferentes, por bocas de autores e gêneros diferentes. Estudar Sânscrito, para nós, é surpreender o falante em pleno ato de fala, mas o falante vivo, o único responsável pela vitalidade e pela preservação do código. Mas quem diz *falante* também tem de dizer *contexto*, e o contexto pressupõe abordagens múltiplas — antropológica, filosófica, mítica, etc.

Para dizer de outra maneira, é inegável que a língua sânscrita apresenta notável continuidade, mas esta só ocorre ao nível da morfologia — vale dizer da *langue* saussuriana —, pois que o estilo, ou seja, a *parole* é invenção exclusiva, portanto não-retomável/retornável ao sistema em si. Retomando a resposta formulada acima, Sânscrito é, ainda para nós, *um* sistema que se impõe ao falante como imposição cultural à qual ele se subordina sem questionamento. Mas sabemos também, com Pânini, que o falante, preso embora às malhas morfológicas do sistema, é livre para dispor dele dentro de determinados padrões expressos por *infindáveis* atos de fala. Para responder, então, finalmente, e ainda outra vez, à nossa pergunta, devemos, antes de mais nada, reformular esta mesma pergunta: o que está lingüisticamente oculto sob o sistema da língua sânscrita? Resposta provisória: um sistema morfológico bastante geral, e facilmente perceptível, e múltiplas realizações individuais emaranhadas nas condições de produção do discurso: situação de enunciação, referencialização do contexto, idiossincrasia do autor, exigência do gênero literário, confluên-

cia da tradição e da invenção — tudo apontando, enfim, para a ideologia da sociedade espelhada pelo falante, que, por sua vez, a homóloga e se lança numa escritura.

Vinculadas a essas preocupações, mas sugeridas por outra dimensão, inevitável, do projeto, duas questões tiveram de ser equacionadas em função da abordagem de um discurso lingüístico:

- 1) como dectar sob a escritura o sistema lingüístico que lhe dá sustentação?, e
- 2) quais são os instrumentos de abordagem capazes de, desarticulando o discurso, fazer aflorar os contornos específicos de um pensamento outro que não o nosso?

No caso específico do Sânscrito, não podemos esquecer que ele, saído embora do grupo das línguas indo-européias (e, portanto, engajado no sistema de formalização lógica comum ao latim e ao grego), chegou — dado o isolamento geográfico das comunidades indo-iranianas — a assumir procedimentos peculiaríssimos de composição lingüística da realidade, alguns muito próximos aos de línguas orientais como o Chinês e o Japonês. Entretanto, as gramáticas que procuraram descrevê-lo utilizaram como suporte conceitual estruturas intimamente relacionadas com a maneira de ver do mundo ocidental. Como se vê, inadequação tanto de método quanto de objeto, ou seja, tanto o objeto estudado quanto os meios de estudo falam de coisas diferentes — a gramática não é capaz de retratar um perfil verossímil do Sânscrito, greco-latino remete ao contexto especificamente indiano. Para nós, o elemento-chave para compreensão da fala indiana é o conceito do sagrado. É fundamental verificar de que maneira o sagrado circula pelos diversos extratos da articulação social, orientando o veículo lingüístico pelo qual são expressos. Importa ver nessa sociedade que tanto o que é referencializado quanto aquilo que o referencializa estão unidos de sacralidade, o que confere aos elementos do discurso uma dimensão que não é imediatamente apreensível, mas subterrânea, intimamente associada a ele. Na verdade esta peculiaridade remete a uma tautologia: o sagrado existe porque existe um sistema que o nomeia sagrado. Mas o sistema é capaz de nomear o sagrado pois que ele, por nomear, já é sagrado. Os meios que reputamos adequados para compreender a ampliação desse processo radicam, necessariamente, numa análise lingüística que desmonte os elementos articulados em discurso, deixando ver, porém, os vínculos que unem os elementos do mecanismo de referencialização. Uma gramática efetiva da língua sânscrita seria, em suma, aquela que, com um método coerente, lograsse captar a justaposição de todos os níveis en-

volvidos no processo da enunciação. Dessa gramática não temos notícia, não sabemos a que resultado ela seria capaz de chegar. Sabemos, porém, que as gramáticas sânscritas — veneráveis empreendimentos do saber ocidental — estão muito aquém de uma efetiva abordagem daquilo que pretendemos; sabemos, na verdade, que elas desconversam o Sânscrito.

Foram estas as idéias que nos levaram a repensar o tom e a organização do trabalho em que nos empenhávamos. Resgatado o falante, não pudemos, todavia, elaborar uma *gramática da jata*, que continua sendo o nosso objetivo. Pela urgência didática e pelo sentido do projeto em que estamos engajados, rechamos cautelosamente o trabalho no limiar da fronteira entre o sistema e as falas, apontando, porém, em textos estrategicamente posicionados ao longo do volume, para alguns (poucos) elementos que prestam conta do Sânscrito e dos seus falantes (portanto, de sua dicção). Esse trabalho é ainda insuficiente, mesmo porque os textos teóricos nele introduzidos remetem a considerações demasiadamente gerais sobre o comportamento entre o texto e a sociedade. Gerais, visto que, para a concretização da abordagem proposta por nós, necessitamos de estudos contextuais que permitam situar o sistema lingüístico numa dimensão profunda e ampla. Por outro lado, esses textos não são concludentes: foram deliberadamente redigidos para suscitar, durante as aulas de língua e de literatura, discussões dos problemas em questão. O objetivo deste manual, convém repetir, é descrever o sistema da língua sânscrita, e mesmo nesta apresentação divergimos em duas maneiras dos gramáticos que anteriormente pretendíamos imitar. Em primeiro lugar, enfatizamos deliberadamente o caráter estrutural dos procedimentos de aglutinação da língua, espinha dorsal do modo sânscrito de dizer e de descrever a realidade. Para tanto, fizemos extensas listagens dos elementos que participam da constituição do repertório léxico. Nesse sentido, o manual principia com a descrição dos elementos mínimos para, progressivamente, chegar às estruturas morfológicas mais complexas. Em segundo lugar, adotamos, para apresentar a matéria, a maneira de Pânini, ou seja, procuramos, tanto quanto possível, não descrever os fatos gramaticais, mas apresentá-los de maneira tal que a sua enunciação paradigmática valha por uma descrição que os defina por extenso. O volume se fecha, como dissemos, com um capítulo que aponta para os domínios além-morfologia, de modo que vão relacionadas ao final frases especialmente selecionadas para verificar o funcionamento do sistema e a vinculação da frase com o falante e de ambos com o contexto. Este volume, portanto, não se fecha sobre si mesmo, servindo como iniciação ao volume de textos, que, por sua vez, como este de gramática, também aponta para uma meta: a captura do significado

da vida de outros homens, de um outro tempo e de uma outra civilização.

2. SOBRE O CONCEITO DE SAMDHI (7)

Tarefa espinhosa a de definir e localizar o conceito de Samdhi no quadro dos instrumentos da gramática sânscrita. Como configurar no âmbito da linguagem um procedimento que está impregnado da maneira indiana de ver o mundo? Como homologar um conjunto de regras fonéticas com a função desempenhada por uma determinada fala, dentro de um determinado contorno? Estabelecida a distinção funcional entre sistema, norma e fala, onde situar esse conjunto de regras imposto sistematicamente ao falante, mas irremediavelmente dele dependente?

Apesar da perplexidade a que tais indagações poderiam conduzir, persiste uma certeza: a de que é imprescindível, para bem compreender o fenômeno do samdhi, manter uma postura que perceba quão indiciador é ele da função peculiar exercida pela língua sânscrita nos termos indianos. Cabe, assim, inicialmente, enfatizar a maneira por que compreendemos o Sânscrito — um infinidade de falas embutidas em normas estabelecidas que remetem a um sistema geral — para, a partir dessa posição, balizar alguns conceitos e fixar algumas advertências.

Como todos os fatos de língua, constitui um código de possibilidades previstas, solidário com os outros códigos alinhados no sistema, e, como todos estes, estabelecido impositivamente, exercendo uma função co-autora sobre o falante. Sistematicamente, o samdhi se esgota na previsibilidade e na necessidade da preservação da apresentação eufônica do discurso. Mas o seu caráter específico surge e deve ser perseguido numa instância extra-sistemática: a da situação de enunciação do discurso. Antes, porém, de penetrarmos nessa especificidade (a indianidade do som), convém observar duas prescrições na abordagem desse fenômeno.

Em primeiro lugar, não repetir — como o fazem os gramáticos ocidentais — o erro de confundir regras de “bem falar” (Sânscrito: prática de manutenção da Ordem) com práticas normativizadas a partir de desempenhos de “mau falar” (línguas ocidentais: haplogia, anaptixe, crase, etc.) Em segundo lugar, renunciar ao juízo que amiúde se faz: o de que é auto-explicado, isto é, que a aplicação das regras se faz por um consenso universal, quase mecânico, em face do

(7) — *Idem, ibidem*, pp. 115-118.

comportamento da cadeia sonora. Na verdade, as regras cujas causas radicam em fatos fisicamente mais ou menos observáveis são poucas, e predominam aquelas em que o seu critério é o artifício, o arbitrário. Todas essas regras, é claro, circulam nos três níveis por que passa a linguagem (sistema, norma e fala) e, como tal, devem ser observadas. Dentro da conceituação do Sânscrito que propomos, porém, o *samdhī* assume papel preponderante sobretudo na medida em que enraíza o falante na dicção escrita do texto e enfatiza a sua participação no alto da enunciação do discurso. Quer dizer, um compêndio que tão-somente alinhava o conjunto de regras que mantém a eufonia sonora desconversa precisamente aquilo de que o Sânscrito é o índice e que, em suma, deve ser perseguido nas vertentes da dicção sânscrita.

Se não, vejamos. Etimologicamente, o termo *samdhī* deriva da raiz *DHĀ*, que, numa das suas acepções, traduz as idéias de “dispor, colocar, estabelecer, constituir”; acrescida do prefixo *sam-* (índice dos conceitos de *reunião, agregação e união*) e do sufixo *-i* (índice de substantivação radical), denota duas idéias básicas: a de “reunião” “junção” e “combinação” de dois elementos num conjunto que mantém, reconhecíveis, os traços distintivos das unidades que congrega; e a de “espaço de junção” ou “transição” de um elemento para outro. Dentro dessa dualidade de significados, o conceito aplicava-se originalmente a quaisquer situações em que ocorresse a articulação de elementos: na literatura dramática o termo é empregado para designar o intervalo entre dois atos; nos tratados de ética amorosa assinala a união dos corpos no ato sexual; nos escritos geográficos nomeia o espaço limítrofe entre o céu e a terra (= o horizonte); nos códigos de ética militar referenda o pacto de paz e a aliança entre duas partes; na categorização do tempo cotidiano indica o espaço entre o dia e a noite (= crepúsculo); na do tempo mítico, o momento em que coincidem o término e o início de um *yuga*: etc. Estendido aos tratados dos gramáticas, designa em termos gerais, o espaço instaurado na cadeia fônica entre duas unidades morfológicas e, ao mesmo tempo, o fenômeno tangível que evidencia a sua articulação.

O *samdhī* é, portanto, um instrumento de codificação sonora de que se vale o Sânscrito para viabilizar a dicção eufônica (dicção, vale repetir, que não se confunde com a mera *acomodação fonética*) Para o falante indiano, dentro dos termos da sua cultura, a frase só se concebe como símile possível da perfeição; ou seja, para dizer a frase — que é, ela mesma, um recorte particular de uma categoria ideal pré-existente —, é preciso dizê-la bem. E dizer bem implica, por um lado, dispor as palavras de acordo com a visão de mundo e com o

mundo visto pelo falante (ver o capítulo dedicado à sintaxe) e, por outro, revestir os fonemas conflitantes de elementos de ritmo e harmonia fônica. Em ambos os casos, essas necessidades do “bem dizer” remetem à homologação encetada pelo discurso. No caso específico da eufonia, a homologação pelo *samdhī* transforma-o num princípio de harmonização fonética dos elementos da realidade que a fala se encarrega de concretizar em linguagem. Quer dizer, as variadas regras de *samdhī* — compatibilização das consoantes em conflito (assimilação da primeira à segunda ou a alteração de ambas), supressão da consoante final da primeira palavra ou de parte de seu ditongo final, substituição da consoante final da primeira palavra por consoante totalmente diferente, ditongação da estrutura *-as* diante de sonora, fusão de vogais e ditongos, enfraquecimento de consoantes, etc. — configuram, a nosso ver, tentativas de re-presentar na harmonização do discurso a harmonização percebida pelo falante na organização da realidade. Ora, a realidade, para o indiano, tem a sua gramática: dotada de algumas matrizes originais e imutáveis, ela se re-produz em re-ocorrências; da mesma forma, a linguagem que a surpreende organiza-se no jogo do arquétipo (o sistema) com a sua presentificação (a fala). Assim como as coisas do mundo estão encadeadas entre si, deslizando na rota dos acontecimentos, também a fala, em perpétuo movimento, presta contas, em discurso, da apropriação das coisas do mundo. A realidade existe em duas instâncias: categorizada em si mesma e codificada na trama perceptiva do falante. A instância da frase é diferente: nela pulsa a realidade, mas re-existindo, relançando discursivamente o sujeito — e a realidade nele cifrada — no mundo das coisas. Homologam-se, desta maneira, a coisa e a dicção dessa coisa. Homologam-se, também, a complexidade e a paradoxalidade dos eventos da realidade e o seu símile ao nível fônico.

Do que se disse, fica evidente que o fenômeno lingüístico da acomodação sonora é fato exclusivamente sincrônico, decisivamente emoldurado pelo contexto e pela situação de enunciação. Fica evidente, também, o papel primordial que deve ser conferido ao falante — simultaneamente decodificador e codificador do mundo fenomênico e, ademais, operador do texto discursivo — numa análise da discursividade sânscrita.

Esta discursividade não está insenta da História, já que se pode detectar o percurso das falas no decorrer de milênios. Mas é possível, subterraneamente, resgatar do confronto de suas constantes procedimentos — diríamos — arquetípicos que remetem à efetiva peculiaridade do gênio indiano. Ainda no caso do *samdhī*, é possível descrever-lhe a trajetória, a sua história dos tempos védicos aos tempos

clássicos. Nesta trajetória, alguns procedimentos modificaram-se, fixando-se num cânone que é, neste livro, reproduzido. Mas a sua função (viabilizar a comemoração discursiva da realidade) permaneceu imutável: compreender o samdhi, neste sentido, é, pois, apreender uma História e um arquétipo.

É a História que emoldura a prática ritualística dos arianos recém-instalados na Índia ou as posturas fruidoras propiciadas pelo Estado ao tempo de Kâlidâsa. É o arquético, porém, que, sob a roupagem de cada contexto, estrutura a disposição do falante em face dos acontecimentos: presentificar a ordem cósmica evocada pelo sacerdote védico ou celebrar a ordem cósmica ocultada nos limites do Estado pelos poetas da corte.

3. SOBRE O CONCEITO DE AGLUTINAÇÃO (8)

Referimo-nos, no *Prefácio*, a uma mudança de tática na organização e apresentação da matéria que compõe este manual. Além dos motivos ali aduzidos, cremos conveniente aqui enfatizar um dos motivos que determinaram a estratégia adotada. Dissemos que — em vez de elaborar seis apostilas que tratariam a gramática sânscrita em compartimentos estanques — optamos, depois de refletir sobre a estrutura e o funcionamento da língua, por um volume cuja organização realçasse a estruturalidade dos mecanismos de aglutinação, “espinha dorsal do modo sânscrito de dizer e de descrever a realidade” Tendo conduzido o falante ao centro de uma reflexão sobre a língua e, por conseqüência, tendo adotado uma nova postura em relação ao alcance duma gramática, intuímos a presença de algo que se sobrepunha ao falante e à língua, e à relação entre ambos — e sobre a qual nada adiantavam os gramáticos ocidentais. Esta intuição, realmente muito difusa enquanto refletíamos sobre a gramática da língua, encontrou respaldo — surpreendentemente — quando fixávamos os textos que deveriam compor o volume *Textos de Literatura Sânscrita*. Do exame desses textos, ou melhor, da sua sintaxe — análise que nos encaminhou para a problemática da gramática da fala —, ficou-nos evidente a natureza complexa dos mecanismos e dos instrumentos ocultos no interior do discurso. Percebemos, então, que uma idéia única estruturava a organização da linguagem em relação áquilo que ela referencializa e, ao mesmo tempo, formalizava no interior do discurso a composição e a disposição de seus elementos morfológicos. No texto anterior, sobre o samdhi, detectamos neste fenômeno a face brilhante eufônica, da homologação língua/realidade; no texto seguinte, sobre

(8) — *Idem, ibidem*, pp. 157-160.

a sintaxe, estudamos uma instância mais envolvente oculta na discursividade do texto, e que denominamos *correlação*; neste texto, procuramos desvendar a outra face, iconizante, desta mesma instância, e que chamamos *substância*. Na verdade, correlação e substância são dois aspectos daquela idéia intuída nos e dos textos: a aglutinação.

Convém salientar, porém, que, nesses termos, a divisão obedece apenas a uma necessidade didática, pois que correlação e substância estão regidas por uma solidariedade que atua verticalmente (imposição ideológica) e horizontalmente (imposição discursiva) sobre o conjunto falante-texto, catalisando não apenas os elementos internos da escolha realizada pelo texto, mas também a idiosincrasia do falante e do gênero literário, a finalidade da mensagem e da comunicação, a vinculação ideológica da fala à sociedade — numa palavra, daquilo que constitui a situação e o contexto em que se produziu o discurso.

Como se poderá observar na proposta que corporifica este volume, o elemento nuclear que embasa a composição morfológica é a raiz. Dissemos anteriormente que a realidade existe em duas instâncias: “categorizada em si mesma e codificada na trama perceptiva dos falantes” Esta segunda corresponde á instância em que se acumulam as raízes, que, encarregadas de codificar a realidade percebida pelo falante, constituem-se como núcleos de significação. No dizer de Bharthari, esses corresponderiam aos *sphota* — marcas deixadas na trama perceptiva do falante pelas suas experiências de apreensão e conhecimento da realidade multidimensional. Como tal, não são significativos são elementos virtuais, adormecidos no repertório daquele que fala; só se tornam significativos quando se lhe agregam partículas funcionais que lhes dão contorno e os predispõem ao discurso. Estas possibilidades são aquelas que efetivamente se impõem ao falante: constituem a língua, ou sistema, e possuem componentes semânticos e formais. Esses elementos, em última análise, substancializam ainda de maneira informe e estática aqueles elementos estáticos da realidade aos quais se encarregará de simbolizar dinamicamente em discurso.

Neste percurso em direção à discursividade, há um momento em que o processo se torna mais palpável: corresponde áquele em que o núcleo vago de significação da raiz é aparado e tem delimitado um sentido; formalmente, esse momento coincide com a incorporação, à raiz, de prefixos e sufixos que a estabelecem como um nome ou um verbo. Revela-se, então, claramente, a função primordial conferida à raiz de suportar todo o imenso repertório de *funcivos*, ou seja, de aglutinar-se em conformidade com a maneira ideal de comunicar. Este processo de associações é incessante e caminha por diversos níveis hierár-

quicos. Neste primeiro, a comunicação é ainda estática, visto que o seu resultado consubstancia apenas o léxico em disponibilidade para o falante. É esta instância que, também, confina com os limites do sistema. Tão importante era a função de definir exatamente o repertório da realidade em função do repertório da linguagem que já no período védico extensas listas de raízes, falsas ou verdadeiras, foram compiladas, estabelecendo uma tradição escrita dos recortes efetuados no mundo das coisas; este o significado, também, do trabalho dos lexicógrafos indianos, que muito cedo estabeleceram elencos morfo-semânticos de “palavras” para uso dos poetas da corte. O alcance destas listas não pode ser minimizado. Tanto uma lista de raízes quanto uma lista de “palavras” são, em termos indianos, uma reafirmação do inventário da realidade e do seu simulacro no sistema lingüístico. *Pânini*, intelectual sutil, quando elaborou sua gramática, apresentou — ou melhor, a tradição o fez apresentar — um elenco dos elementos sistêmicos, ao qual se anexou uma lista de raízes (que se lhe atribuiu): em conseqüência, e com meios tão simples, atrelou todos os falantes a uma flexível, mas intransponível, Ordem. Isto evidencia o fato de que, dentro dos termos da indianidade, bem cedo se compreendeu que no bojo da linguagem, e da disposição para ela, estão virtualmente cifradas as possibilidades de postura do homem no Cosmos.

Estas posturas se definem com maior exatidão na medida em que o falante dota os itens lexicais de desinências verbais ou normais, estabelecendo para eles, dessa maneira, uma função a ser desempenhada na estrutura do enunciado e atribuindo-lhes um significado. Livre, então, para determinar a função do item (do simulacro do real) e sua posição no enunciado (no homólogo do real), o falante se revela dependente apenas do que queria comunicar, pois o material e os procedimentos para tal lhe foram outorgados pelo sistema cujas malhas ele sempre acaba por transgredir e cuja existência parece ignorar a cada ato da fala. Chega-se, assim, a um novo estágio da aglutinação (menos fossilizado que o anterior), com diversas possibilidades de combinado, mas sutilmente tutelado pelo sistema morfológico. Em outros termos, o falante — responsável pela sua escritura — é, no entanto, por ela vigiado; tendo vasculhado no seu repertório sistemático as substâncias lingüísticas que pretende comunicar e depois de tê-las encontrado prontas, definitivadas em termos de sentido e de forma, o falante — embora, como se disse, sutilmente tutelado por esse sistema — atribui a essas substâncias a função exigida pelo conteúdo do enunciado que quer comunicar e ali as distribui, correlacionando-as de acordo com a intencionalidade que é só sua e que nenhum sistema ou norma pode prever, pois que depende apenas do falante, da situação de enunciação, do contexto em que se situam falante e enunciado. Em

suma: este é o momento em que melhor se pode perceber a atuação do falante na linguagem: no momento da enunciação, o sistema estático assume o caráter de um processo dinâmico e vivo, a língua se concretiza em texto, e o que era apenas núcleo vago de significação na camada mais profunda da trama perceptiva do falante torna-se, verdadeiramente, signo simbolizador. Na passagem do significado ao signo revelam-se os dois vetores da aglutinação — a morfológica e a sintática —, que cumprem, no discurso, duas funções distintas. A aglutinação, símile lingüístico da realidade, confere à morfologia o caráter de uma técnica de representação do mundo *via* palavra (substância) e, à sintaxe, o caráter de uma técnica de dinamização dessa representação *via* discurso (correlação). Para dizer de outro modo, morfologia e sintaxe instauram-se como técnicas de abordagem da palavra, mas com motivações distintas: se o propósito é a simbolização lingüística do mundo, a morfologia forja um sistema estático de representação permeado pelas coordenadas ideológicas da sociedade; se o propósito é a discursividade lingüística do mundo, a sintaxe organiza um sistema dinâmico/extático de representação permeado pelas coordenadas ideológicas do falante. Em ambos os casos, os sistemas de representação configuram a homologação do estatuto cultural cifrado na palavra. E é a aglutinação que, ao instaurar a junção da palavra com a coisa referencializada (morfologia) e a junção da palavra com a palavra (sintaxe), estabelece a sacralidade (= maneira de articular o sagrado) dos processos discursivos.

Cabe ainda acentuar a capacidade de abrangência que a aglutinação revela: parte de uma unidade mínima — a raiz —, consubstancia palavras e, da junção de palavra com palavra, chega a congregar enormes aglomerados de frases — o texto. No interior da frase, no entanto, é possível perceber no caso da composição nominal, formações morfológicas constituídas da aglutinação de um signo com um ou mais itens lexicais. Mas, tanto neste caso quanto no do signo simples e no da frase, a função substantiva é sempre a mesma: iconizar a realidade no discurso.

4. O PRIMADO DA AFETIVIDADE NA SINTAXE SÂNSCRITA (9)

Silvio Edmundo Elia, no *Dicionário Gramatical* (10), apresenta a sintaxe como “parte da gramática que estuda as relações que as palavras mantêm entre si quando se estruturam numa frase” Francisco da Silva Borba, em seu *Pequeno Vocabulário da Lingüística Mo-*

(9) — *Idem, ibidem*, pp. 425-436.

(10) — Porto Alegre, Globo, 1962, 3ª ed.

derna (11), afirma-a como “parte da gramática que se ocupa de todas as possibilidades de combinação dos signos para efeito de comunicação lingüística. É puramente relacional” Dubois *et alii*, no *Dictionnaire de Linguistique* (12), referem-se a ela como “parte da gramática que descreve as regras pelas quais se combinam em frases as unidades significativas”, acrescentando que ela “trata das funções” das formas gramaticais. A par do evidente refinamento terminológico que vai de um autor a outro, os três autores, no entanto, concordam em relação às bases da questão: a sintaxe é: a) assunto de gramática; b) sua área de atuação é a frase; c) seu objeto é as relações estabelecidas pelas palavras/signos/unidades significativas de uma frase; e d) seu objetivo é a descrição das regras de combinação/estruturação dessas unidades, com o intuito de estabelecer as relações possíveis entre os elementos da frase.

A esse respeito, tanto Elia quanto Dubois fazem referência a uma distinção tradicional entre Sintaxe e Morfologia. Para o segundo, a Morfologia é o “estudo das formas ou partes do discurso, de suas flexões e da formação das palavras ou derivação” Para Elia, seguindo Viggo e Brondal, “o sistema da Sintaxe não deve confundir-se com o da Morfologia; uma prova disso é que podem evoluir independentemente” Borba anuncia as obrigações da Sintaxe: “1) Determinar a organização dos enunciados — seus componentes imediatos e o modo como se relacionam. 2) Determinar os recursos sintáticos usados pela língua. 3) Determinar o enunciado mínimo. 4) Classificar os tipos de enunciados existentes na língua. 5) Determinar a hierarquia das funções sintáticas” Na esteira bem trancada desses autores, marcam-se rigorosamente as áreas de atuação da Morfologia (a palavra) e da Sintaxe (a frase)

Elia, ainda sobre a Sintaxe, afirma que — por um lado, que não o da Morfologia — ela “confina com a Estilística, que estuda a margem de arbítrio que cabe ao sujeito falante no ato da criação da língua pela fala. Destarte, pertence à Sintaxe o que há de geral, de imperativo na frase; à Estilística incumbe o estudo dos aspectos individuais da frase” Assim, na análise da frase “Minha filha gosta de maçãs maduras” cumpriria à Sintaxe a determinação do sujeito, do predicado, dos complementos, do regime do verbo, da concordância, da ordem obrigatória das palavras; à Estilística cumpriria o exame das “razões lingüísticas e não-lingüísticas (psicológicas, estéticas) da contribuição pessoal do autor da frase no momento de criá-la (a seleção das palavras — por que *gosta* e não *aprecia* —, a ordem dos termos

(11) — São Paulo, CEN/EDUSP, 1971.

(12) — Paris, Larousse, 1973.

da oração — por que a ordem direta e não inversa)” Em outras palavras: Elia marca rigorosamente as áreas da atuação da Sintaxe (a frase) e da Estilística (a projeção do falante sobre matéria exclusiva da Sintaxe) Borba não se refere explicitamente à Estilística, mas afirma — ainda sobre a Sintaxe — que ela é “de natureza psicológica em contraste com o caráter fisiológico (material) da fonologia e da morfologia” Dubois — a respeito da Sintaxe — não se refere a uma possível aproximação dela com Estilística; sobre o estilo afirma que, “definido na época clássica como um não sei”, é a marca da individualidade do sujeito no discurso: noção fundamental, fortemente ideológica, cumpre à estilística depurá-la para extrair-lhe um conceito operativo e fazê-lo passar da intuição ao saber” Isto é, não mistura os objetos da investigação, sua posição coincide com a de Elia e incentiva a um estudo mais rigoroso do fenômeno “estilo” Entretanto, a “natureza psicológica” da Sintaxe afirmada por Borba — posição que faz confluir para uma mesma área os fatores “indivíduo” e “sociedade” — revela-se, no caso específico do Sânscrito, muito mais rica, pertinente e estimulante.

Em seu *Vocabulário*, Borba não alinha o verbete “estilo” (um lapso? sugestão de que o “estilo” não se enquadra no conjunto das noções da “Linguística moderna”?) Para Elia, o estilo é, “em termos lingüísticos” a “utilização dos elementos de uma dada língua para efeitos de expressão e comunicação do pensamento” Afirma, a seguir, que “resulta de uma tensão entre duas forças: a coletiva, representada pelas formas e processos lingüísticos próprios de determinada comunidade” (algo como as assim chamadas *estruturas* aprendidas quando se estuda uma língua estrangeira); “a individual, que é a atualização desses elementos na fala ou discurso. Evidentemente, o estilo será tão mais característico quanto mais predominar o contingente individual sobre a tradição social. Com a condição, porém, de não ultrapassar o limite além do qual a comunicação lingüística fique comprometida. Deve-se, pois, distinguir o estilo lingüístico do estilo literário” O estilo chamado lingüístico deve estar de acordo com a *norma*, isto é, o “conjunto de realizações lingüísticas constantes e repetidas, de caráter sociocultural e dependente de vários fatores operantes na comunidade idiomática” (Borba, *op. cit.*, s.v “norma”, escorado em Coseriu): em relação à frase latina *Petrus* (1) *Paulum* (3) *amat* (2) oferecem-se três outras possibilidades — 123, 321 ou 231 — “mas parece que a norma era 132” O estilo chamado literário é (Elia, s.v “estilo”) a utilização dos elementos da língua pelo indivíduo de maneira singularizada, quando ela assume, por assim dizer, uma personalidade que distingue esse estilo das “formas correntes (ou neutras) de expressão” Pense-se, no caso do francês, no caso de Proust.

Lançando-se aqui as bases do rigor que se pretende para uma posterior investigação vertical do caso sintático sânscrito, tem-se que a distinção entre áreas da atuação da Sintaxe e da Estilística se revela inoperante no caso do Sânscrito. Essa língua, se bem tenha sido *falada* por nobres e brâmanes (castas dominantes) — e, por conseguinte tenha tido uma existência *normal* como suporte de comunicação linguística —, não merece, no exame dos textos produzidos ao longo da toda a literatura sânscrita, uma regularidade sintática escrita e estrita. Se seguirmos a terminologia de Coseriu (*apud* Borba, s.v. “língua”), temos que a língua (= *sistema* para Coseriu, *langue* para Saussure), “segundo grau de abstração”, está totalmente organizada e canonizada no Vyâkarana de Pânini; a norma, “primeiro grau de abstração”, revelaria a realização *coletiva* do “sistema” (o grifo é de Borba); a fala (= *parole* saussuriana), “manifestação concreta”, apontaria para o “uso individual e, portanto, com uma faceta sempre nova e inédita” Em função desses elementos, toda a literatura (entendida aqui como conjunto de textos que fazem veicular e existir uma língua sânscrita) é uma questão, como não poderia deixar de ser, de presentificação de uma língua — mas, mais especificamente, de pulsação de uma multiplicidade de *falas*.

Mas, antes de seguir à frente com essa última afirmação, convém voltar mais um instante aos autores resenhados.

O texto de Pânini intitula-se simplesmente *Astadhyâyî* — “aquela que tem oito capítulos” Vyâkarana, outro título que se lhe atribui, quer dizer, apenas, “análise” A motivação do autor para a composição da sua obra: pôr um paradeiro a contínuas transformações pelas quais vinha passando a língua *falada*. Parece que com a crescente incorporação de pracritismos à língua falada pelas castas dominantes do ideário (e seus suportes textuais) da cultura — eles podem ser encontrados no texto compilado no século II d.C. do *Mahâbhârata* — e, por outro lado, em decorrência do perigo de “impureza” que pairava sobre essa língua, percebeu ele a necessidade de esclarecer o verdadeiro caráter do Sânscrito: é uma língua aglutinante e, como tal, todo e qualquer item lexical só pode e deve ser conseguido com a derivação primária e/ou secundária a partir de uma raiz verbal (= núcleo vago de significação) Toda a sua análise conclui com um capítulo sobre as palavras na frase — vale dizer, conclui com um estudo de, no máximo, morfo-sintaxe. Vale acrescentar, ainda, que Pânini se valeu de toda a literatura anterior a ele para dali extrair preceitos fonológicos, prosódicos, morfológicos e morfo-sintáticos. Mas quando se diz “literatura anterior” deve-se entender “textos *orais* transmitidos de geração para geração, nas famílias ou escolas bramânicas/nobres” Seu

trabalho, além disso, é um *çabdânuçâsana* — um “tratado sobre o *çabda*” — isto é, sobre o *som*, o *ruído*, a *palavra enquanto produto sonoro*. E também: sua preocupação é fazer um retrato falado do Sânscrito Clássico, isto é, da *bhâsâ* — termo derivado da raiz verbal BHÂS, que cobre os significados de “falar, conversar, dizer, narrar, falar sobre alguma coisa, anunciar, declarar, nomear, descrever”, e da qual derivam ainda *bhâsâna* “o ato de falar, a fala, *bhâsâjña*” “concedor de falas, falantes”, *bhâsântara* “*versão, tradução; transfala, tradição*”, *bhâsika* “vernáculo, fala comum a um grupo”, *bhâsin* “falador”, *bhâsitr* “falante” e *bhâsya* “qualquer obra em vernáculo; uma obra explicativa, expositiva, interpretativa, um comentário” A respeito deste último derivado, lembremo-nos de que uma das interpretações do texto de Panini intitula-se, justamente, Mahâbhâsya “Grande Comentário”, isto é, a “grande conversa” sobre a análise falada por Pânini.

A análise feita por Pânini — o estabelecimento dos limites *normais* das possibilidades de aglutinação/derivação e das funções que as palavras/sons adquirem potencialmente ao final desse processo — confere ao seu trabalho a definição de “apropriação do potencial normativo do instrumento de comunicação”; o conhecimento do circuito da fala; a consciência de que a língua pode ser normativizada até a morfo-sintaxe — o que lhe excede pertence ao domínio da fala, isto é, aos extremos do circuito da fala —, e, como tal, não pode nem deve merecer repressão, mesmo porque a repressão já faz parte da organização do mundo que o ato de fala (atualização da língua) só faz traduzir em sons, só faz ser representado/representado como dramatização através-palavra.

Nesse sentido, Pânini parece deixar claro que o indivíduo é o único responsável pela continuidade da língua e pelas condições e retratos futuros da língua. Sua preocupação foi sincrônica e optativa-imperativa, como de resto o é toda a literatura normativa sânscrita (*vide*, por exemplo, o *Código de Manu*) Assim procedendo, ele se colocou a salvo de acusações do tipo “repressor da linguagem” mas — sutilmente — inseriu-se no espírito hinduísta: aponta a liberdade de enunciar e de enunciação e seus limites, aponta o consentimento do indivíduo com as ideologias de todas as épocas, e com as falas (retratos) dessas épocas.

Temos então, com Pânini, que — para o Sânscrito — a *norma* só pode ser pensada e existir até a morfo-sintaxe. Tudo o mais que lhe ultrapassar está vinculado ao enunciador e ao receptor e às suas idiosincrasias, às coordenadas culturais do falante (a *parole* como palavra e como fala, como fato social) — em suma, ao estilo: o Sânscrito é

língua e norma até a morfo-sintaxe, a partir do que é fala — o “lado executivo da língua” (Saussure, *Curso*, p. 21) Nem o seu próprio trabalho escapa a esta formulação: é normativo, mas não se enquadra em nenhuma norma de escrituração externa a ele: seus *sûtra* têm uma norma própria — a pâniniana.

Retomando os autores resenhados: com o que acaba de ser dito (13), desvela-se em relação ao Sânscrito um amplo quadro de redefinição (e, inclusive, uma necessidade e um impasse) Com Borba e Dubois, a morfologia sânscrita não se confundiria com a sintaxe sânscrita: têm objetos e limites distintos. A “Sintaxe imperativa” de Elia, quando vista em relação ao Sânscrito, assume proporções apenas de morfo-sintaxe, o ponto final da análise de Pânini. A Estilística de Elia e Dubois é que constitui a sintaxe propriamente dita do Sânscrito, que se encarregaria — Sintaxe estilística ou Estilística sintática — de cumprir as cinco obrigações (com ênfase na segunda e na quarta) relacionadas por Borba, imbricando-as, sempre, e porém, com o produtor e a situação da frase e com o modelo da frase em questão. Em conseqüência, não haveria — por inexistente — a distinção (de Elia) entre os estilos lingüístico e literário — mesmo porque, em termos de língua e de literatura sânscrita, aquilo que um dia foi concebido como texto falado um dia foi compilado (alguns oral e depois todos) escritamente, mas deixou-se continuar marcado pela fonética do ato de fala. Desta maneira, e como já se sugeriu anteriormente, o texto sânscrito “fala” mesmo se escrito. Em sendo assim, a complicação escrita de cada texto (sua conversão em literatura) apenas é uma definição da composição falada de cada texto (sua conversação em prática) E, assim, literatura foi a prática da fala, e o estilo foi a liberdade na execução da fala.

Poder-se-ia ressaltar, aqui, que todas as poucas afirmações de Saussure, no *Curso*, a respeito da fala, podem ser tomadas *ipsis literis* em relação ao Sânscrito. No caso das relações entre língua e fala: “historicamente, o fato da fala vem sempre antes” (p. 27) — pois que o que se tem imaginado como Sânscrito é apenas a sua manifestação copiada, sua pulsação a *posterioli*, sua imaginação não-sânscrita. “É a fala que faz evoluir a língua” (p. 27) — e, nesse caso, o Sânscrito se comporta como todas as línguas do mundo: viva porque uma edição qualquer de um texto sânscrito não é apenas fixação de texto: é tentativa de rememorar o momento de uma enunciação. No caso das relações entre fala e falante: “Nada existe, portanto, de coletivo na

(13) — Por falar nisso, este texto é escrito, mas, ao fazer-lhe referências, é necessário usar verbos como *dizer* e *falar*. Qual o mis.ério ocidental (típico ou arquetípico) ocultado nesse procedimento?

fala; suas manifestações são individuais e momentâneas” (p. 28) — a fala sânscrita acusa a presença dos circunstantes da fala e o cenário do ato de fala. “E a soma do que as pessoas dizem” (p. 27), “o indivíduo é sempre senhor” dela (p. 21) e compreende “combinações individuais, dependentes da vontade dos que falam” (p. 28) — donde a impossibilidade, numa gramática de língua, de prestar contas dos inumeráveis atos de fala. As inovações da fala só entram no campo de observação da Lingüística da língua “no momento em que a coletividade as acolhe”; “enquanto permanecem individuais, não há por que levá-las em conta” (p. 115) pois o que se estuda é a língua. Isto é, as tentativas de abordagem lingüística da língua sânscrita inscrevem-na (e têm incrito) no grupo das línguas, no grupo daqueles códigos de comunicação humana bi-articulados. Mas o Sânscrito é algo mais que uma língua — e talvez outras línguas sejam algo mais que instrumentos normativizados. Falta acrescentar-lhe(s) a dimensão do uso comum, cotidiano, falta descobrir e consentir-lhe(s) os motivos e as motivações do uso. E, para tanto, há que se agregar à gramática a “sintaxe afetiva”

Segundo Elia, a sintaxe afetiva é a “parte da gramática que estuda a interferência da sensibilidade humana na frase” E segue: “De fato, como dizia Gabelentz, a ‘linguagem não serve apenas ao homem para exprimir qualquer coisa, mas também para exprimir-se’ O que significa, assinala Vendryès, que não basta tomar em consideração o modo pelo qual as idéias se traduzem na linguagem, mas cumpre ainda determinar as relações entre essas idéias e a sensibilidade do sujeito falante. Essas manifestações de sensibilidade podem concretizar-se em gestos, na entoação ou inflexão da voz, no ritmo da frase, na acentuação enfática de certos vocábulos. Mas também podem realizar-se por meio da escolha de palavras ou da sua colocação na frase, e o estudo de tais meios de expressão compete precisamente à Sintaxe Afetiva” Elia acrescenta, ainda: “se se quiser revelar o que num texto pertence à fala e não à língua, ao individual e não ao coletivo, a busca da afetividade na trama lingüística compete de direito ao Estilicista e não ao Sintaticista” Mas, como proceder no caso de uma língua como o Sânscrito, em que o estilo é a sintaxe? Como proceder com um instrumento que, enquanto língua, e depois de convenientemente normativizado, *nunca mais sofreu evolução lingüística de qualquer espécie?* Em outros termos, o falante do Sânscrito viu-se tolhido enquanto capaz de possivelmente influenciar no código; mas viu-se totalmente livre no uso desse código, fazendo confluir para seu uso coordenadas específicas de sua cultura. Sendo impossível normativizar a seqüência enunciativa, elaborou modelos formais de frase, onde ainda se permitiu o direito de exercer a sua vontade.

A afirmação anterior da existência de uma multiplicidade de falas liga-se à do exercício da vontade. E temos que se, na verificação da frase sânscrita, colocamos lado a lado um excerto de epopéia (*itihâsa*), um texto filosófico-religioso (*Brâhmana*, *Upanisad* ou *Sutra*, um conto/fábula (*kathâ*), um poema clássico lírico ou religioso ou épico, um excerto de romance clássico ou um grupo de frases (simbolicamente, *falas*) de um drama clássico — o que se terá é um conjunto variado de atos de fala. Agudizando ainda mais a questão: em relação aos poetas clássicos, a fala de Kâlidâsa é diferente da de Bhartrhari que difere da de Jayadeva que não se iguala à de Amaru e assim por diante. Nenhum deles foge à língua (=sistema) *normativizada* por Pânini, mas todos procuram extrair dela aquelas entranhas ativas que, mais tarde, em outro tempo e em outro lugar, mereceriam de escritores franceses — “falantes do francês” —, então intuídas como “estilo” afirmações como “O estilo é a continuidade” (Flaubert) e “Não se faz um poema só com idéias” (Mallarmé) (*in Dubois, op. cit.*, s.v. “style”) Para o Sânscrito, existem o estilo kâlidâsiano de frase, o estilo patañjaliano de frase, o estilo mahâbhâratiano de frase, o estilo upanisádico de frase, o estilo etc. de frase, etc. Existem, portanto, a prática sintática kâlidâsiana, a patañjaliana, a etc., etc. — mas seria tarefa sobre-humana infrutífera e injusta detectar *uma* prática sintática sânscrita.

É óbvio — o que complica ainda mais a compreensão da compreensão sânscrita da Sintaxe; o que, por outro lado, a facilita ainda mais, se mediarmos a questão com a idéia de convergência das noções de *estilo* e *fala* na prática da sintaxe sânscrita — é óbvio que a dicção estrutural da poesia não é a mesma da prosa: isto está na própria natureza dessas modalidades de trabalho com a frase. Vejamos o caso sânscrito: no *Mahâbhârata* o *çlok* (dístico leva ao *sarga* (capítulo) que leva ao *upâkhyâna* (conto) que leva ao *parvan* (canto, livro) que leva ao *itihâsa* (epopéia); no teatro, o *vâkya* (frase, fala) leva ao *ranga* (cena) que leva ao *anka* (ato) que leva ao *nâtak* (drama, a obra enquanto “texto”); na poesia clássica em geral, o *yugma* (par) conduz aos *vr̥tta* (estrofe), que se juntam para formar o *kâvya* (poema); na literatura filosófica, os *sûtra* (aforismo) se juntam para formar os *pâda* (livro) que formam os *çâstra* (tratado); no fabulário, os *vâkya* formam a *kathâ* (conto), entremeado de *çloka*, que, juntos, formam o *tantra* (livro) Assim, o *çloka*, o *vâkya* teatral e fabular, o *yugma*, o *sûtra* etc., são diferentes tipos de enunciados que exigem comportamentos sintáticos diferentes em sua própria concepção no conjunto das possibilidades de atos de fala e em sua própria prática de atos de fala. Realizações que a própria cultura desenvolveu e diferenciou, o *çloka* (“o que pode ser ouvido”), o *vâkya* (“o que se

tem a partir da palavra”), o *yugma* (“o que foi unido a outro”) e o sūtra (“fio condutor”) são *norma*. O que significa que a *norma*, no Sânscrito, existe enquanto produção coletiva de certos tipos de frase condicionados a determinadas intenções de comunicação; o que significa também que, se há algum “modelo sânscrito de produção sintática”, ele deve ser procurado e estabelecido a partir dessa norma, através da pesquisa das exigências sintáticas da *çloka*, do *vâkya*, do *yugma*, do *sūtra* etc. — levando-se em consideração, ainda, a natureza poético-prosaica do *çloka*, a poética do *yugma* e a prosaica do *vakya* e do *sūt’a*. Mas o *vâkya* teatral de kâlidâsa difere do de Çúdraka, do de Bhavabhūti, do de Bâna, etc.: são *falas*. Assim como o sūtra do filósofo Patañjali difere do retórico Dandin, do de outro Patañjali (o lingüista), etc. Recorde-se, aliás, que toda a literatura sânscrita está atenta à sua realização oral: concebido para ser dito, o texto “literário” sânscrito se pretende oral (prova-o o *samdhi* sempre presente em toda a frase). O organizadíssimo teatro clássico surge como continuação de manifestações védicas de representação; a poesia épica clássica continua a tradição das epopéias eminentemente orais; a poesia lírica, religiosa, filosófica agudiza vertentes temáticas orais antigas; os tratados filosóficos primam pela facilitação da memorização e da repetição do texto (*parampara* “uma pessoa depois da outra” é o termo que designa o procedimento de aprendizagem de um texto e de sua repetição a outra pessoa); o romance de Dandin é a re-elaboração da prática tradicional da fábula. Nesse sentido, o ato orgânico da fala marca toda a atividade lingüística sânscrita. E, desse relacionamento entre o gênero e a frase que lhe convém, pode-se perceber a liberdade consentida/conseguida que marca a sintaxe sânscrita: existe uma *língua*, pressupõe-se uma *norma* (em relação a modos, modelos de texto — não em relação ao procedimento sintático do texto), mas o que se vê — na realidade dos textos — é a concretude das *falas*. E a fala enquanto estilo. Além disso, atente-se para a concretude do *narrador* na literatura sânscrita: as epopéias são narradas por personagens nominalizadas, a poesia clássica pressupõe um narrador/declamador (algumas estrofes de Amaru têm, inclusive, várias vozes), as *Upanisad* são um diálogo entre mestre e discípulo ou entre personagens que “representam” durante a especulação, o teatro é um misto de narração (com recurso, inclusive, à mímica e à dança) e representação; e toda a base religiosa do Hinduísmo deriva de uma audição (*çruti*) do discurso divino. Como se pode perceber, há uma percepção e prática agudíssima da *fala* enquanto procedimento orgânico do homem, da literatura e da cultura. E, como sempre foi assim, pode-se perceber a preocupação central do falante do Sânscrito: a inquietação estimulante da consciência das condições de produção do texto — e algumas dessas condições podem ser detectadas já nesse primeiro mergulho no

problema: 1) a oralidade da cultura, 2) o diálogo da literatura e 3) o testemunho do homem.

Sobre a oralidade, já foi escrito que era esse o estágio da cultura à época da composição e da compilação escrita dos textos; já foi salientada, também, a importância do núcleo de significação BHĀS, a concretude do narrador na literatura, a fixação fonética (= falada) do texto, o procedimento didático da transmissão de textos. De todos esses dados (e mais algum que podem e devem ser procurados) pode-se concluir da importância de que a cultura sânscrita revestia (reveste) o momento e as circunstâncias de enunciação. O texto se nos propõe, assim, como uma narração (meio e conteúdo) estreitamente ligada à prática eminentemente oral — falada — da cultura.

O diálogo da literatura, por sua vez, estabelece-se em duas linhas. Primeiro, a presença de um narrador nominalizado e em sua diversificação na prática da literatura. Segundo, em nível de estrutura mais profunda, pode-se perceber o diálogo interno operado na transmissão/veiculação de certos temas mais ou menos constantes ao longo de toda a prática literária. Veja-se, por exemplo, no volume *Textos de Literatura Sânscrita*, a reocorrência do tema “chuvas”: o objeto de descrição é sempre igual em si mesmo — no curso dos anos (com a preocupação de tradicionalização da estação como ambiente mítico) mudará apenas a maneira de referência ao tema, apenas a estrutura da frase (ou do texto) que o referencializa, apenas a projeção individual do falante *via* o seu estilo pessoal, da época ou do gênero. Esse diálogo de temas, ao mesmo tempo em que re-fixa coordenadas culturais, deixa livre ao falante sua circulação pelo tema, possibilita a expressão — com os seus meios — de sua visão organizadora do tema de acordo com suas vontades de falá-lo. Da mesma maneira, pode-se ver também como se realizam lingüísticamente nas falas as concepções do sempre mesmo deus Visnu ao longo do dizê-lo. (A análise da intertextualidade na literatura indiana é veio riquíssimo e, de maneira alguma, foi colocado aqui em toda a sua extensão e profundidade)

A questão do testemunho do homem leva-nos ao centro das coordenadas culturais do falante sânscrito. Seguindo com Pânini, temos que um nome sânscrito, uma palavra dessa língua é um dado do léxico, um feixe de possibilidades semânticas e morfo-sintáticas. Mas também é um dado de discurso, um núcleo significativo manipulável segundo a vontade do enunciador, funções externas ao núcleo mas internas e organizadoras do cosmos, cujos nexos (as coordenadas) não podem ser captados pelos sentidos mas podem ser percebidos pela mente. A fala sânscrita, e o seu funcionalismo organicista, traduz em linguagem e comunicação a aparente desorganização cósmica, expli-

cita em sua organização assimétrica e assindética a justaposição relacional — molda-se na dinâmica dos processos cosmológicos. Os conectivos não têm lugar na frase ou no período — por isso a frase é in-subordinada. Na vida cotidiana, o cosmos surpreende a cada momento mas foi lexicalizado; mas as relações em si mesmas efetuadas no cosmos não surpreendem, são naturais. Mas o cosmos não pode ser encaixado em regras humanas — depende da ordem divina — e o arranjo das relações cósmicas é que surpreende o homem a cada momento. A sintaxe posicional e relacional do universo, conscientizada e acreditada pelo falante, transfere-se para a sintaxe posicional e relacional da frase, com a criação de relações/relacionamentos especiais/espaciais dentro do espaço permitido pelo modelo de frase. E a distribuição livre das palavras (fatos do mundo) na frase (o mundo) obriga à ocultação ou desvelamento, à vontade do falante, de contínuas centelhas de significação que pulsam, dinamicamente, à maneira da pulsação dinâmica e produtiva do cosmos. O padrão desse procedimento de criação é dado pelo exame individual do refinamento e da sutileza dessas revelações, das harmonias momentâneas do cosmos — que as falas se incumbem de homologar. Em função desses elementos, a sintaxe sânscrita obriga à elaboração de uma outra gramática — a da *fala sânscrita* —, isenta da bitola das definições aristotélicas ocidentais. A lógica indiana não é a do ocidental: a uma apenas “lógica da identidade” (que, sem dúvida, existe no Sânscrito — mas apenas até a morfo-sintaxe, visto que é uma língua indo-européia), a Índia responde com uma lógica que acrescenta ao legado indo-europeu sua face de circunstante oriental: a “lógica da correlação” — a da consideração do inter-relacionamento dinâmico e mutuamente complementar do fatos do mundo e sua narração analítica.

Resenhando as afirmações da lingüística saussuriana a respeito do estilo, Dubois afirma que “o estilo é pertinente à fala” Para o caso do Sânscrito, dizemos que o estilo é a fala, e vice-versa. Dubois afirma, ainda, que há determinadas línguas que podem ser elaboradas (a propósito, “Sânscrito” = *samskrta* quer dizer “elaborado, refinado, artificioso”), de maneira a reduzir a dicotomia língua x fala, e aponta para a língua literária, a língua da comédia, etc. As palavras de Dubois parecem ter sido escritas em função do Sânscrito: esta é uma língua especificamente literária (a despeito do fato de a fala sânscrita não se pretender como arte escrita, sua fixação em papel e o curso do tempo terminaram por conferir-lhe essa condição), é a língua em que foi escrita a grande comédia (no sentido que Susanne Langer (14) dá a esse termo) da história indiana. Reforçando esta

(14) — *Apud* Benedito Nunes, *O Dorso do Tigre*, 2ª ed., São Paulo, Perspectiva, 1976, p. 204.

última afirmação, lembre-se da habilidade sânscrita para os torneios verbais: diz uma das lendas a respeito de Kâlidâsa que ele teria sido morto pela inveja de uma das cortesãs da corte de Kumâradâsa (no Ceilão) por ter o poeta conseguido completar um *yugma*-desafio lançado pelo rei; e diz uma outra que ele teria ingressado no rol das “nove gemas” de Candragupta ao vencer Ghatakarpara em um torneio poético; como elementos biográficos, essas vitórias podem até ter sido inventadas para justificar o grande “falante” sânscrito, mas fica em pé a prática em si da oralidade do texto que no Ocidente só tem sido visto como escrito.